

RESENHAS

Althusser, Louis. *Aparelhos Ideológicos de Estado*.
Rio de Janeiro: Graal, 1992, 128 p.

Presumivelmente escrito logo após as manifestações estudantis de maio de 1968, o texto de que tratamos teve repercussão em quase todas as esferas das ciências humanas, notadamente na Lingüística e, em especial, na Análise de Discurso. Seu autor, Louis Althusser, na época, chegara a ocupar um posto no Bureau Político do Partido Comunista Francês. No livro, ele procura responder, em essência, “por que as sociedades em geral, e as sociedades capitalistas contemporâneas em particular, mantêm-se, apesar das divisões e desigualdades que as caracterizam?”¹

Para essa questão tão ampla, Althusser sugere como pontos para discussão os seguintes:

1. Toda formação social é resultado de um modo de produção dominante.

2. Para existir, ao mesmo tempo que produz, e para produzir, uma dada formação social deve reproduzir as suas condições de produção.

3. Essa formação social deve, portanto, reproduzir os meios de produção, as forças produtivas e as relações de produção existentes.

4. A reprodução das forças produtivas e das relações de produção exigem dos elementos envolvidos nesse processo uma submissão à ideologia da classe dominante dessa formação social.

5. Essa submissão decorre da utilização do poder de Estado pela classe dominante; seja pela violência, notadamente através do Aparelho Repressivo do Estado (governo, serviço civil, polícia, tribunais, prisões, forças armadas, etc.) ; seja pela ideologia, principalmente através dos Aparelhos Ideológicos de Estado (igrejas, escolas, família, sistema legal, sistema político, sindicatos, siste-

Texto elaborado por Iderval Lima Miranda - Prof. Auxiliar do Dep. de Letras e Artes.

ma dos meios de comunicação de massa, atividades culturais como os esportes e as artes) .

Há, nessa síntese esquemática, uma tentativa de fazer compreender as diferentes atividades dos estados modernos e os conflitos por eles criados, exclusivamente, em termos de análises de classes sociais. Onde a relação sociedade civil vs. estado é entendida como sendo simples conformação dos seus atores à imutabilidade de um sistema ideologicamente estruturado por uma classe dominante, de forma a serem garantidas a sua reprodução e preservação.

A aceitação desses pressupostos não é pacífica.

O entendimento da existência de “um conjunto central de valores e crenças amplamente partilhados e firmemente aceitos pelos indivíduos nas sociedades industriais modernas”², mediados pelos mecanismos do estado, leva-nos a descartar o dissenso, a não-satisfação, o ceticismo e o cinismo sempre presentes na relação indivíduos vs. valores e crenças sociais; além do que, “no curso de suas vidas cotidianas, as pessoas, especificamente, movimentam-se através de uma multiplicidade de contextos sociais e estão sujeitas a pressões e processos sociais conflitivos.”³ Um indivíduo, em consequência, nunca é, simplesmente, uma ameoba automaticamente moldada por uma ideologia dominante. Tais fatos mostram que é preciso pensar-se em um enfoque mais satisfatório do fenômeno da ideologia, de modo a precisar “as maneiras como as pessoas localizadas diferencialmente na ordem social respondem e dão sentido a formas simbólicas específicas, e como essas formas simbólicas, quando analisadas em relação aos contextos em que elas são produzidas, recebidas e compreendidas, servem (ou não servem) para estabelecer ou sustentar relações de dominação.”⁴

Para mais, torna-se “fundamental reconhecer que existem relações de poder sistematicamente assimétricas que estão baseadas em fatores diferentes dos de classe — como, por exemplo, fatores de sexo, idade, origem étnica — e parece essencial ampliar o marco referencial para a análise da ideologia para dar conta desses fatores. A teoria geral da reprodução social organizada pelo estado e legitimada pela ideologia, à medida que dá ênfase principal às relações de classe, tende a sobrevalorizar a importância da classe na análise da ideologia e a marginalizar outros tipos de dominação, tais como as formas simbólicas que servem para garanti-las.”⁵

Além disso, a redução das diferentes atividades dos estados modernos a questões de classes sociais internas é uma simplificação forçada, dado que, por essa via, não são levadas em conta as relações, hoje altamente desenvolvidas, diversificadas e imbricadas, com outros estados-nação.

E ainda, a simples colocação dos meios de comunicação de massa como um dos Aparelhos Ideológicos do Estado não faz justiça a essas instituições, visto que, nas sociedades modernas, esses meios são constitutivos do próprio fórum “dentro do qual e, até certo ponto, com respeito ao qual, os indivíduos agem e reagem ao exercer o poder e ao responder ao exercício de poder de outros.”⁶

Na parte final do livro, Althusser apresenta uma contribuição muito produtiva para a teorização e operacionalização do binômio linguagem/ideologia, quando são discutidas as suas teses sobre ideologia, explicitadas a partir destes pontos principais:

1. A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência.

2. A ideologia tem uma existência material.

3. Apenas do ponto de vista das classes, isto é, da luta de classes, pode-se dar conta das ideologias existentes numa formação social.

A aproximação da linguagem com a ideologia é feita através das seguintes relações:

1. A representação da relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência pela ideologia é mediada pela linguagem.

2. A ideologia, com uma existência material, passa a ser entendida como vivida na experiência cotidiana. Essa experiência é traduzida em práticas discursivas e não-discursivas, fazendo com que a linguagem dê forma à existência material da ideologia, de onde se deduz que a ideologia tem uma existência material por meio da linguagem e esta tem uma existência ideológica.

3. A linguagem (o signo), então, como já asseverava Bakhtin se torna “a arena onde se desenvolve a luta de classes”⁷, e dizendo mais ousadamente, a arena de todas as lutas sociais.

Esses pressupostos alteraram de forma significativa a estreita visão da linguagem como fato unicamente lingüístico, colocando, notadamente, os estudos do texto na amplitude da análise do discurso, onde as formações ideológicas são determinantes para o entendimento das práticas discursivas. E isso foi e continua a ser uma grande revolução.

NOTAS

- ¹ Thompson. *Ideologia e cultura moderna*, p.117.
- ² Ibid., p.119.
- ³ Ibid., p.121.
- ⁴ Ibid., p.123.
- ⁵ Ibid., p.127.
- ⁶ Ibid., p.128.
- ⁷ Bakhtin. *Marxismo e filosofia da linguagem*, p.46.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1995.
- CASSIRER, Ernst. *Ensaio sobre o homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1994.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Language and ideology-working paper series 11*. Lancaster: University of Lancaster, s/d.
- KAPLAN, Abraham, LASSWELL, Harold. *Poder e sociedade*. Brasília: EdUnB, 1979.
- SANTAELLA, Lúcia. *Produção de linguagem e ideologia*. São Paulo: Cortez, 1996.
- THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna*. Petrópolis: Vozes, 1995.